

**UMA SOCIEDADE ANALISADA A PARTIR DE SUAS INTERCONEXÕES
SOCIOCULTURAIS E SIMBÓLICAS: A PEDRA E A CAL COMO OBJETO DE
PESQUISA HISTÓRICA¹**

**A SOCIETY ANALYZED FROM ITS SOCIO-CULTURAL AND SYMBOLIC
INTERCONNECTIONS: STONE AND LIME AS AN OBJECT OF HISTORICAL
RESEARCH**

Eduardo Augusto De Santana²

Resumo: Este artigo objetiva estabelecer algumas considerações acerca do patrimônio histórico-cultural da antiga Freguesia de São Miguel do Ipojuca, atual município de Ipojuca, em Pernambuco. Busca construir um diálogo entre as considerações teóricas de Pierre Bourdieu e Michel Foucault a respeito das possíveis representações simbólicas e de poder que esses bens endossam numa dada sociedade. Este é resultante de projeto de pesquisa que trata dos bens culturais edificados do atual município de Ipojuca, com recorte temporal entre os séculos XVII e XVIII. A região constituiu uma das primeiras áreas de colonização da antiga Capitania de Pernambuco, onde no século XVI, viajantes e exploradores já faziam alusões em relatos e mapas ao Porto de Galinhas, Maracápe e Ilha de Santo Aleixo, localidades hoje, pertencentes à Ipojuca. O artigo trás o levantamento de informações documentais de alguns engenhos e as características arquitetônicas dos bens culturais vinculados aos engenhos e a área urbana do município.

Palavras-chave: História de Pernambuco, Bens Culturais, Arquitetura Colonial, Lugares de Memória.

Abstract: This paper aims to raise some considerations about the historical and cultural heritage of the ancient Parish of São Miguel do Ipojuca current Ipojuca in Pernambuco. Seeks to build a dialogue between the theoretical considerations of Pierre Bourdieu and Michel Foucault about the potential power and symbolic representations that endorse these goods in a given society. This is the result of a research project that deals with the built cultural heritage of the current Ipojuca with time frame between the seventeenth and eighteenth centuries. The region was one of the first areas of settlement of the former Captaincy of Pernambuco, which in the sixteenth century, travelers and explorers have made allusions in reports and maps to Porto de Galinhas, Maracápe and Santo Aleixo Island, today localities belonging to Ipojuca. The article behind the survey document information that some sugar mills and the architectural features of cultural assets linked to the sugar mills and the urban area.

Keywords: History of Pernambuco, Cultural Property, Colonial Architecture, Places of Memor

¹Este artigo é um recorte do meu trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado em 2014 ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Cujas bolsa de estudos foi financiada pela CAPES.

² Doutorando em História/Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultural da UFRPE Recife/PE/Brasil. E-mail: duca_augusto@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Aquilo a que chamamos de bens culturais³ significa, na verdade, um conjunto de bens materiais e imateriais que correspondem, em última instância, à herança cultural dos seres humanos. Nesses bens reside um forte traço particularizante da sociedade ou do contexto histórico em que foram pensados e concebidos. Desta forma, os bens culturais reivindicam o chamado sentimento de pertença, ou seja, a dimensão de posse de uma sucessão de realidades acasaladas ao contexto histórico.

Por sua vez podemos abordar este conceito de bens culturais de maneira mais específica, o definindo como patrimônio. Pois, devemos entender que os indivíduos precisam aprofundar suas raízes para dilatar os laços de propriedade que nas palavras da antropóloga Fátima Quintas⁴ “Ihe pertence”:

Quem não pertence a nada nem a ninguém levita por entre uma existência desagregada e dissoluta. Do que se infere: o patrimônio é estruturante, porque a consciência do sentimento de pertença garante a vértebra da identidade e do equilíbrio humano. Em última instância: ter identidade é pertencer a um patrimônio inalienável – o do espólio ancestral.

Desta maneira a cultura material corresponde à forma aparentemente tangível de relação com o mundo. Nenhum objeto tem somente um uso funcional, mas acima de tudo é possuidor de uma significação e representação inerente à época em que foi concebido. Por outro lado, não podemos pensar em um bem cultural isoladamente, uma vez que, se faz necessário entender a sua simbologia e o subjetivismo inerente às relações sociais que dão pigmentação ao subjetivismo das coisas.

Para a compreensão destas questões simbólicas e sociais que envolvem o patrimônio construído é necessário nos debruçarmos sobre as análises feitas sobre as questões simbólicas

³Nota 1: Os bens culturais materiais (também chamados de tangíveis) são paisagens naturais, objetos, edifícios, monumentos e documentos. (IPHAN). Segundo o **Decreto-Lei nº 25/1937**, patrimônio material é o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Esses bens podem ser classificados em bens moveis e imóveis. In: *DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm Acesso: em 19 de maio de 2020.

⁴QUINTAS Fátima. Cana, Engenho e Açúcar. QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do açúcar**. Recife: Sebrae; Fundação Gilberto Freyre, 2007, p. 51.

e sociais que os envolvem. Assim, em Bourdieu⁵ e Foucault⁶ vemos como os autores em suas respectivas obras, “O poder simbólico” e em “Microfísica do poder”, analisam essas questões em seus respectivos campos de interesse.

Na busca em compreender o que esses autores discutem, devemos nos ater nos pontos focais de suas respectivas análises, a saber, em Bourdieu é feito um diálogo entre as representações simbólicas desses bens culturais – a partir das discussões que ele faz em relação às análises das práticas cotidianas enquanto práticas estabelecidas pela sociedade – analisando para tanto, as hierarquias de poder que esses bens culturais legitimavam frente à sociedade da época, em nosso caso a da Freguesia de São Miguel entre os séculos XVI e XVIII. Já sob a análise da óptica discursiva de Foucault, podemos observar as considerações que ele faz sobre a ordem social onde busca compreender como se dá o controle da sociedade sobre o indivíduo.

METODOLOGIA

Sob uma perspectiva metodológica o diálogo com Bourdieu nos ajudou a estabelecer uma relação entre as construções de Ipojuca e as relações de poder que esses bens endossavam no seio daquela sociedade colonial. Pois, para entendermos essas relações de poder, devemos percebê-los, como bem frisa o autor, “*onde ele se deixar ver*” e aqui apontamos: a casa-grande, a casa de produção, a capela e a senzala como representantes desse poder visível, tanto político quanto religioso⁷. Por outro lado, o modo como esses partidos arquitetônicos eram dispostos visava atender às estratégias de reprodução e reforço do poder da classe dominante onde claramente se percebe o estabelecimento de distinções hierárquicas, deixando-se perceber o discurso ideológico desta cultura dominante. Para Bourdieu, o poder simbólico é um poder de construção de uma realidade que tende, ao mesmo tempo, estabelecer uma Ordem. Bourdieu⁸, “*ao focar na cultura, direciona o seu trabalho para o*

⁵BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**/ Pierre Bourdieu; tradução. Fernando Tomaz. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

⁶FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

⁷ Nota 2: Isto pode ser observado muito bem na obra de Antonil quando diz; “São necessárias, além das senzalas (*sic*) dos escravos, e além das moradas do capelão, feitores, mestre, purgador, banqueiro e caixeiro, uma capela decente com seus ornamentos e todo o aparelho do altar, e umas casas para o senhor do engenho (...); e o edifício do engenho, forte e espaçoso, com as mais oficinas e casa de purgar, caixaria, lambique e outras cousas (...)”. ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 76. (Reconquista do Brasil; nova série; v. 70).

⁸HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 17.

desvelamento da 'lógica' específica dos bens culturais onde indica os meios de apropriação desses bens". Assim, a compreensão de como se dava a apropriação desses bens pela sociedade da época e como isso legitima o poder das classes dominantes é um exercício que podemos fazer através destas leituras.

Em relação às estruturas de poder presente no corpo social daquela sociedade e suas conexões, as considerações apreendidas, por meio da análise discursiva de Foucault, onde sugere que o poder funciona em rede e se exerce em rede. A qual nos faz crer que ele também se dá em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. Por conseguinte o poder também seria refletido pelas construções feitas para legitimá-lo tais como as capelas, as igrejas, as casas-grandes, o casario de um modo geral construído para servir de habitação à elite da época. E como se daria à legitimação desse poder?

A resposta estaria nas discussões feitas pelo autor, pois se o objeto do poder é o corpo, como afirma Foucault, há técnicas utilizadas para adestrá-lo como: controle detalhado dos gestos, comportamentos, hábitos e discursos podem muito bem serem transmitidos através das instituições que fazem uso desse poder. Assim sendo, as construções feitas para abrigá-las ou referenciá-las também teriam a função de reafirmar esse poder. Como exemplo, citamos a casa-grande que tanto pelo local onde era geralmente implantada (numa meia encosta onde se podia ter uma visão privilegiada do engenho) como pela autoridade que ela simbolizava, a do senhor de engenho, representando materialmente o poder desse senhor sempre vigilante mesmo quando ele estava ausente.

DESENVOLVIMENTO

Na Mata Sul pernambucana foram constituídos entre os séculos XVI e XVIII os seus primeiros povoados e engenhos açucareiros, onde dentre os quais se destacam, citando apenas alguns, Trapiche, Maranhão, Pindoba, Tabatinga, Caroaçu, Guerra, Salgado, São Paulo, Bertioga, Sibiró de Baixo, Sibiró de Cima e os povoados de Porto de Galinhas, Nossa Senhora do Ó e a Freguesia de São Miguel do Ipojuca, hoje todos pertencentes ao termo do Município de Ipojuca e áreas vizinhas como os municípios de Sirinhaém, Cabo de Santo Agostinho, Escada entre outros. Esse feito corroborou, para tornar a Capitania Duarteina numa das regiões mais prósperas de Império Português.

De acordo Capistrano de Abreu⁹, o resultado do sucesso econômico da Capitania de Pernambuco não se fez demorar em termos de expansão territorial – uma vez que a Coroa endossou o desejo pernambucano de expandir as suas atividades econômicas a outras áreas fora do termo original da Capitania anexando outros territórios a Pernambuco –; em reconhecimento dos vultosos lucros que o negócio do açúcar dava à Coroa portuguesa e pelo fato de Pernambuco, na sua parte oriental, propiciar uma comunicação mais rápida com a Europa e África, de onde proviam os capitais e braços necessários à produção de mais riquezas.

Diante dos dados expostos podemos argumentar que o progresso econômico resultante da produção açucareira, cujos espólios ajudaram a forjar uma elite local branca que concentrou em suas mãos toda a riqueza produzida por uma massa de pessoas escravizadas. Como resultando desse do acúmulo de capitais as autoridades e os senhores locais puderam se dá ao luxo de financiar a implantação de toda uma estrutura arquitetônica como casas de moradia, capelas, senzalas, fábricas, casa de camará e cadeia, arruado, fortificações, templos religiosos entre outros tipos construtivos. Portanto, são espaços e lugares de memória cujas histórias remontam ao próprio processo de constituição da nação brasileira.

A respeito da importância do espaço com vistas a aprofundar o debate trouxemos a fala de Piere Nora¹⁰ onde comenta:

O espaço, apesar de vivido individualmente pelos sujeitos, vai se configurando num lugar comum, compartilhado, possibilitando uma referência cultural que possa significar o coletivo e não apenas o sujeito individual. O lugar, em sua ampla acepção, depois de significado, pode remeter a uma ou a várias identidades, pode constituir-se num lugar de memória.

Esses bens culturais, remanescentes, além de integrarem a memória afetiva da região e próprio Estado de Pernambuco dizem respeito a saberes, histórias de vida e memórias coletivas compartilhadas por seus integrantes no tipo de sociedade em que foram concebidos. Portanto, não podemos negligenciar que isso é parte do contexto sociocultural onde aquelas pessoas e aqueles bens se inscrevem no passado e na atualidade estabelecendo assim uma

⁹ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 89.

¹⁰NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 21-23, dez. 1993.

relação dialógica. Dessa forma, é função nossa, cidadãos do tempo presente, contribuir para que os seus lugares de memórias não caiam no esquecimento. E mais, garantir que sejam utilizados de forma didática para que as gerações futuras possam compreender problematizar e oferecer soluções para os problemas contemporâneas a partir de suas aprendizagens a partir da leitura e interpretação crítica desse patrimônio.

De acordo com Jacques Le Goff:

(...) a memória como propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de informações psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

A partir da interpretação da fala, acima, inferimos que as imagens, configurações e representações do tempo vivido ou imaginado pertencem ao campo de memória, poucas vezes exercitados na reconstrução da história do lugar seja qual for à categorização social na qual se insira. Ainda sobre isso Cristina Freire¹¹ faz esse apontamento:

A memória, compreendemos melhor, elabora-se a partir da ausência, e com pé fincado no presente, volta-se para frente. Nesse terreno, as mais aparentemente insignificantes lembranças são artigos de valor, sendo necessário guardá-las com cuidado, sabendo do risco que se corre com a perda desse que é o nosso mais valioso e invisível patrimônio.

É importante entender que não é possível conhecer o patrimônio cultural apenas a partir de uma visão contemplativa, portanto intervir nele é urgente. Sobretudo no processo de sensibilização para que outras pessoas possam se relacionar com a cidade, identificando seus patrimônios de forma crítica, refletindo acerca dos significados que trazem consigo e marcam muitos momentos da história de nossas cidades. É necessário, todavia apontar alternativas que auxiliem na construção de significados individuais e coletivos no encontro entre os bens culturais e seus detentores.

O patrimônio ajuda a caracterizar, não só um dado contexto sociocultural, mas também as identidades individuais e coletivas, bem como pode transmitir valores para as próximas gerações. Ajudando assim, na reabilitação de espaços e memórias. Sendo assim, a

¹¹FREIRE, Cristina. **Além dos mapas:** os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC, Annablume, 1997.

educação patrimonial ou para o patrimônio precisar ser, desse modo, um instrumento importante na construção da cidadania, por ser uma prática que se preocupa em assegurar que os habitantes, de um dado local, tenham voz e desempenhem o seu papel de protagonistas na construção do conhecimento e de ações relacionados às suas memórias e histórias¹².

A partir do conhecimento e a apropriação desses bens, por meio do exercício da memória, as pessoas poderiam vir a ressignificar as relações que usualmente tem mantido esses bens, até então, no tempo presente, e passem a se apropriarem dos espaços que lhes pertencem. Nesse sentido esse prévio levantamento, associado no futuro por uma ação pedagógica de educação patrimonial pode vim a ser compreendida dentro de uma perspectiva Paulo Freiriana de educação, como um instrumento de “alfabetização cultural”¹³, uma vez que possibilitaria ao indivíduo fazer a leitura do mundo em volta, levando-o também a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido como sujeito também dessa história.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Michel de Certeau¹⁴ a cidade em sua materialidade plasmada em ruas, praças ou jardins, no sentido estrito de seu planejamento e construção, por exemplo, pode ser lida como um lugar, sem significações simbólicas relevantes para as pessoas, que não teriam estabelecido com ele qualquer vínculo de interação ou afetividade. Contudo, seria a partir do habitar a cidade que ela passa a ser significada e pode ser transmutada em espaço. Dessa forma, podemos afirmar que o espaço é aquele lugar ocupado, apropriado e transformado pelas pessoas que nele transitam.

Pierre Nora¹⁵, por sua vez, afirma que há uma série de possibilidades materiais e simbólicas que caracterizam aquilo que o autor define como lugar de memória. Para o ele, os

¹²GRISPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio**. Museu de Arte e escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Tese em Educação. São Paulo: USP, 2000.

¹³ Nota 3: O termo "alfabetização cultural" advém das ideias de Paulo Freire, que pensa que "ao discutir sobre o mundo da cultura e seus elementos, os indivíduos vão desnudando a sua realidade e se descobrindo nela". A introdução oficial do termo data dos anos 1980, em uma formação realizada no Museu Imperial do Rio de Janeiro. FILHO; ECKERT; BELTRÃO (orgs.) **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Diálogos e desafios contemporâneos. Nova Letra: p. 82-83. Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/442/1/CapitulodeLivro_EducacaoPatrimonialPerspectivas.pdf. Acesso em 13.05.2020.

¹⁴CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 201.

¹⁵NORA, op., cit.

aspectos “material, funcional e simbólico” constitutivos do “lugar de memória” seriam coexistentes e, necessariamente, a relação entre eles é que caracteriza a experiência ali vivida, dando-lhe sentido e significado trazendo consigo uma espécie memória social do acontecimento, que é transmitida pelas épocas que se sucedem a outros sujeitos que ali não viveram, mas que se identificaram com ele e com o que ali ocorreu no passado, sob o selo do pertencimento histórico.

A respeito da discussão acima, compreendemos que a cultura material usualmente se refere à história das Mentalidades, pois, é entendida como símbolo e complexo social. Ela é caracterizada enquanto reflexo na medida em que é gerada a partir de um processo posto em curso pelo homem em um determinado período histórico e em um lugar específico. Assim, reforçando esta afirmativa, Peter Burke¹⁶ comenta que, *não seria possível uma história da vida cotidiana sem as evidências da cultura material, assim como a história da cultura material seria ininteligível se esta não fosse colocada no contexto da vida cotidiana.*

No campo da atmosfera do cultural, Gilberto Freyre¹⁷ faz uma observação bastante pertinente que pode muito bem ser aplicada a esta problemática da cultura material, na qual ele frisa o seguinte:

Há casas cujas fachadas indicam todo o gênero de vida dos seus moradores. Os mais íntimos pormenores, os gostos, os hábitos, as tendências. Mas não são apenas as casas que falam e revelam a vida, o espírito e o gosto dos donos. Falam também por sinais esses outros surdos-mudos que são os móveis.

Podemos inferir a partir das considerações feitas acima, que os bens culturais imóveis de um determinado período histórico podem em muito contribuir para a elucidação de possíveis questionamentos a respeito da cultura, política, religião e o modo de vida de uma sociedade. No entanto, a análise dos modos pelos quais as relações sociais de poder se organizaram em torno das construções coloniais no passado ainda hoje são bastantes escassas. Sendo poucos os pesquisadores do campo que se mostram interessados nessa temática.

Desta forma, amparados por este repertório teórico, buscamos discutir a questão do patrimônio histórico cultural da Freguesia de São Miguel do Ipojuca em Pernambuco entre os

¹⁶BURKE, Peter. “A cultura material na obra de Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. [Orgs.]. **O imperador das idéias**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/Topbooks, 2001. p. 68.

¹⁷FREYRE, Gilberto. **Artigos de jornal**. Recife: Edições Mozart, 1935. p. 82).

séculos XVI e XVIII. Focando, sobretudo, a nossa análise na questão dos tipos construtivos mais comumente encontrados na atmosfera colonial daquele período, onde também buscamos a sua gênese no período em que se dá a ocupação daquela área em meados do século XVI.

Sendo assim, após a Coroa portuguesa se decidir, em definitivo, por levar adiante o projeto de tornar a nova colônia - Brasil - economicamente rentável, garantindo ao mesmo tempo a posse sobre o imenso território conquistado, deu-se a barbárie¹⁸ que ensejou a tomada das terras dos indígenas. Com o desenvolvimento deste processo, procedeu-se a doação de sesmarias aos homens capazes de inserir esses novos territórios conquistados dentro do contexto da economia colonial.

É possível nos dá conta da importância daquela região a partir da fundação, por exemplo, da Igreja do Santo Cristo e do Convento de Santo Antônio, fundados pelos franciscanos em 1606, e a Igreja de Nossa Senhora do Ó do século XVIII, situados na então Freguesia de São Miguel do Ipojuca; do Convento de Santo Antônio, da mesma ordem religiosa, edificado na Vila de Sirinhaém na segunda metade do século XVII e do Convento das Carmelitas, localizado na Vila de Santo Antonio do Cabo, e também construído no século XVII.

Sobre os conventos da região, German Bazin¹⁹ nos diz que as primeiras construções religiosas na colônia foram feitas de forma precária, usando-se matérias primas de pouca resistência como madeira e argila, sendo empregadas em técnicas construtivas já conhecidas pelos portugueses, como a taipa de pilão ou adobe; ou na forma de cabanas, à indígena, usando-se folhas de palmeiras sustentadas por traves de madeira. Isto se dava principalmente pela ausência de pedras adequadas como as usadas em Portugal para estes tipos de construções. Habilmente, os franciscanos souberam superar as adversidades impostas pelo meio, adaptando os recursos naturais disponíveis às suas necessidades, além do mais, conforme a freguesia crescia em prestígio e recursos, foi sendo possível mandar trazer de fora aquilo que por lá faltava, inclusive a mão de obra mais qualificada.

Um exemplo do alto grau de especialidade e adaptação dos franciscanos refere-se ao Convento de Santo Antônio de 1606, construído em Ipojuca e cujo motivo conventual fez

¹⁸ PUNTONNI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: fapesp, 2002.

¹⁹ BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil.** Tradução Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956. p. 138.

escola, influenciando diversas construções da Ordem ao longo dos séculos XVII e XVIII no Brasil colonial. Posteriormente, muitos construtores lançaram mão das técnicas empregadas no convento da Ordem em Ipojuca, em outros conventos da mesma Ordem. Um exemplo disso é o tipo de frontispício de Ipojuca, segundo Bazin, também usado nas construções da Ordem em Olinda (1755), Penedo (1759) e Marechal Deodoro (1793).

(...) a arcada do lavabo da igreja do convento de Olinda é semelhante, em todos os detalhes, às arcadas do pórtico de Ipojuca; encontra-se uma molduragem bem parecida na porta da igreja de Serinhaém e no lavabo da sacristia de Recife; as colunas adossadas no pilar do pórtico de Igarapu lembram muito as do claustro de Ipojuca.

De acordo com German Bazin, a regra geral sobre os edifícios monásticos dos franciscanos, diz que eles eram dispostos em forma de quadrado em volta do claustro, onde a construção se desenvolve em dois pavimentos; a fachada do frontão baixo é geralmente precedida de um alpendre; já o campanário é disposto ao lado da epístola numa posição um pouco recuada. O pórtico aberto na obra (galilé) ou fora dela (alpendre) é uma das características dos templos franciscanos. As capelas rurais desde o século XVI ao XVIII, também sofreram a influência das construções monásticas franciscanas, sobretudo nos seus alpendres.

Na parte inferior do claustro dos conventos franciscanos, geralmente existem delgadas colunas cilíndricas de alvenaria, construídas sobre base de pedra. Elas são encimadas por capitéis que sustentam os arcos plenos. Já o seu pavimento superior é em entablamento, com beiral aparente. O piso do claustro é em lajota cerâmica quadrada. As galerias inferiores são em cimento e as superiores de assoalho.

A estrutura do conjunto é mista: alvenaria de pedras de rachão de riólitos e tijolos maciços. A coberta é em telhas do tipo canal, com beiral tríplice, à exceção do claustro. Em três águas sobre as celas e em quatro no claustro. No pavimento térreo do Convento está a portaria, a sala das associações, a sala de visitas e os serviços de apoio, tais como cozinha, refeitório, despensa, depósito dentre outros. No pavimento superior, estão as celas, cujo piso também é de assoalho.

A pedra também foi usada com frequência nestes templos, empregadas nos elementos da estrutura arquitetônica aparente, material lapidado. O interessante é que os riscos dos

conventos desta Ordem religiosa são do mesmo tipo, tendo apenas algumas variações na disposição de algumas peças. Sugerindo que eles buscavam uma espécie de padronização de suas construções, nos fazendo crer ser isso uma forma de afirmação de poder e prestígio da Ordem frente à sociedade daquela época.

No que se refere às casas-grandes, o arquiteto Geraldo Gomes²⁰, nos diz que a documentação mais antiga referente às antigas casas-grandes do Nordeste colonial é aquela que nos foi legada pelos holandeses. Todavia, ele afirma que, no que diz respeito aos seus tipos construtivos, ser bem provável que tenha havido a persistência de um padrão para este tipo de habitação através de séculos, ocorrendo apenas, ligeiras modificações, que certamente visavam atender às necessidades funcionais surgidas através do tempo.

Para levarmos a cabo a identificação desses tipos construtivos, precisamos fazer o reconhecimento das características básicas desse tipo de patrimônio. Deve-se compreender que, essas construções não são modelos reduzidos fielmente, aos que eram construídos em Portugal, até os seus mínimos detalhes, entretanto têm como marca um conjunto de linhas mestras de concepção e composição arquitetônica que permitiram apenas uma limitada metamorfose deste tipo construtivo através dos séculos. Pois, deve-se lembrar que representavam materialmente o poder do senhor de engenho frente à comunidade que vivia em volta do latifúndio, dos seus familiares, agregados, trabalhadores livres e escravos que giravam em sua órbita.

Ainda segundo Fátima Quintas²¹, a casa-grande preservou-se culturalmente em nossa sociedade, sob todos os ângulos. O casamento entre famílias foi por ela estimulado, de modo a aumentar o caráter endogâmico das relações conjugais, ou seja, relações dentro da mesma linha de consanguinidade. Assim, buscava-se impedir a dispersão dos bens e conservar a limpeza do sangue de origem nobre²² ou ilustre dos seus habitantes. Ainda de acordo com ela, o império da casa-grande media-se, não raramente, pela extravagância das solenidades ocorridas no seu interior, que funcionavam como termômetros indicadores de prestígio social do seu senhor, ou seja, era uma afirmação, ao mesmo tempo de poder e prestígio do senhor, frente àqueles que estavam hierarquicamente abaixo da escala social e, frente a outros

²⁰GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997. p. 187.

²¹QUINTAS, op.cit., 2007. p. 96;101 e 103.

²²SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

senhores de engenhos numa forma bastante particular de demonstrar o seu poder econômico e político.

O senhor de engenho tinha em sua volta uma ampla gama de pessoas que dependiam dele e o serviam de várias maneiras, de sorte que seu poder emanava não apenas de seu poder econômico, mas também do tratamento dado a todo este exército de pessoas, como pode visto no livro escrito no início do século XVIII pelo jesuíta André João Antonil²³,

O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. ... Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho ... Servem ao senhor de engenho, em vários ofícios, além dos escravos ... barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores, e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contrabancheiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão e cada qual destes oficiais tem soldada. (...) Também, se não tiver a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e oficiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita; (...), e na verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito.

José Luiz da Mota Menezes²⁴, por meio de suas pesquisas sobre esta temática, buscou traçar um paralelo entre as casas-grandes do Minho ou das Beiras em Portugal dos séculos XVI e XVII, a fim de lançar luzes sobre o entendimento das casas-grandes dos primeiros tempos do Brasil colonial. As construções de Portugal, segundo ele, têm como elemento de destaque a varanda correndo por quase toda uma das fachadas. Desta varanda, situada na maioria dos exemplos no pavimento superior, tem-se acesso aos cômodos (ou casas) de usos diversos: sala, alcovas, cozinha e sala do oratório, a das rezas. As alcovas são escuras ou abertas à luz, e situadas na extremidade da varanda. Em casas desse tipo, menores, o gado no inverno se abriga no térreo.

No Brasil, lamentavelmente, não existe nos dias de hoje exemplares íntegros das primeiras casas-grandes. Temos, então, que nos valer do representado nas pinturas do século XVII de origem holandesa. De acordo com as representações nessas pinturas as construções tinham seus partidos arquitetônicos vinculados, quer a uma arquitetura de teor erudito, com

²³ANTONIL, op. cit., 1982, p. 75-76.

²⁴MENEZES, José Luiz Mota. *Casa-grande, Capela e Senzala*. In: QUINTAS, op. cit., 2007. p. 30-31;130-131.

uso de arcadas, pilastras, capitéis, base, tudo regido por composições de arquitetura que segue o determinado nos tratados ou nas anotações dos engenheiros militares ou mestres de obras. Ou eram apresentadas de forma simples, em taipa de mão sobre pilares de tijolos. Mas, em ambas, tudo faz crer que a disposição dos cômodos interiores de um modo geral se filia àquela das casas do Minho, em Portugal.

Imagem 1 – Frans Post²⁵



Engenho de Açúcar

A imagem 1 é a representação de um engenho colonial do século XVII, feita por Franz Post, onde pode ser vista a composição clássica das edificações, observando-se os traços simples da arquitetura das construções, principalmente a casa-grande, mas que representava suntuosidade nas suas dimensões e posição de vigilância sobre todos.

Podemos dizer que a presença da varanda nas construções coloniais, sobretudo no Norte da colônia, foi mais uma questão de necessidade imposta pelo clima. Nelas a varanda não estaria presente apenas à frente da edificação, em um bom número de casos ela faz a volta ao redor do núcleo central onde estão os demais ambientes de viver. Já quando a casa era térrea, a varanda corria à volta e a cozinha situava-se quer fora²⁶ do corpo da residência ou na parte posterior da moradia.

Tanto em Portugal, como no Brasil, aquelas edificações em qualquer período de tempo foram edificações em taipa, alvenaria de pedra ou em alvenaria de tijolos. Nos exemplos em

²⁵LAGO, Pedro Corrêa; LAGO, Bia Corrêa. (orgs.) **Catálogo raisonné**. In: Frans Post (1612-1680). Obra completa. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. p.82-411.

²⁶Pode-se observar como exemplo o Engenho Recanto, em Ipojuca - PE, do início do século XIX.

que a construção era feita em pedra, ela vai requerer o uso de cantéis e a obra lavrada terá ares de erudição. Quando feita em taipa, no Nordeste, com frequência, a simplicidade da construção pode conduzir a uma composição de linhas sóbrias, mas em certos casos, isso não impedia a presença de certa erudição na arquitetura dessas casas.

No século XVIII, enquanto o Barroco dominava em Portugal, também nas construções rurais, as casas-grandes de engenho do Nordeste brasileiro seguiram aquele gosto de teor mais rebuscado. Temos ainda hoje alguns exemplares em Pernambuco²⁷ que demonstram, muito bem, essas novidades do Reino em termos de gosto. Essas mudanças ocorreram, também em relação às capelas. Contudo, é salutar esclarecer que essas construções sempre mantiveram um tratamento mais vinculado às características do “estilo” Chão (*Plain Style*) do que as do Barroco, inclusive no que se refere ao uso da superfície curva e de um espaço interior. Em algumas casas, raras pinturas nos forros lembram esse gosto artístico.

Sobre as capelas, GOMES²⁸ diz que são os edifícios que menos sofreram modificações através do tempo. Pois, uma vez feitas, raramente sofriam modificações radicais, apesar de, vez por outra, ter havido algumas tentativas de adaptação desses templos ao gosto contemporâneo. Para o arquiteto, alguns modelos, cuja existência fora documentada pelos holandeses no século XVII, foram reproduzidos, com algumas alterações, até o século XIX. As capelas pelo que se sabe, desde o início, foram construídas com materiais mais duráveis que aqueles utilizados nos outros partidos arquitetônicos do engenho. As técnicas construtivas preferidas foram alvenaria, pedra ou tijolo. Apenas há algumas opiniões em contrário, pois, não há provas de ter existido construções desse tipo em taipa de qualquer tipo.

A catedral perdeu para a capela de engenho; esta apesar de pequena, simples e rusticamente construída; aquela, erigida em alicerces e em dimensões artísticas mais requintadas. Mas, a soberania plástica não foi suficiente para fazer frente ao império dos oligopólios açucareiros. A importância simbólica das capelas de engenho era tão contumaz que na ocasião da botada – primeiro dia da moagem da cana - lá se postava o padre para que tudo corresse conforme o esperado no eito, ou seja, que os trabalhos ocorressem sem qualquer anormalidade e a produção gerasse um bom lucro ao senhor. Nada se fazia sem antes se

²⁷Exemplos: Engenho Gaipiú, em Ipojuca do início do séc. XIX e Engenho Mattas, séc. XVIII, no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco.

²⁸GOMES op. cit., 1997. p. 215;116.

sacralizar o profano. O mundo sabia-se, estava cheio de maus-olhados. Com Deus como patrono, o trabalho, acreditava-se, teria garantias preliminares de sucesso e prosperidade²⁹.

A capela de engenho pela sacralidade simbólica que representava, geralmente estava implantada no mesmo nível ou acima da casa do senhor para se resguardar, sobretudo nos dois primeiros séculos de colonização, dos ataques dos nativos contra os engenhos. Os mortos, enterrados nestas capelas – que representava uma espécie de puxada da casa-grande –, perpetuavam-se na memória familiar, incorrendo numa presença menos etérea que materializada. Mortos coabitando o mesmo espaço dos vivos.

No final do século XVIII e, mais ainda, no decorrer do século XIX esse “culto” à memória dos mortos encontrará a sua justificativa no fato de as antigas famílias senhoriais estarem perdendo o prestígio socioeconômico que possuíam no passado; ou porque os mortos contabilizavam brasões denotativos; ou ainda, porque os mortos canibalizavam posições sociais que começavam a ruir. Na família patriarcal, a interação deu-se tão forte que os mortos ganharam a forma de fantasma, assombrações que se presentificavam para alimentar a lembrança dos tempos de outrora, quando os senhores de engenho estavam no topo da pirâmide social.

No que tange às características arquitetônicas e artísticas das capelas coloniais, MENEZES³⁰ afirma que elas seguiram com o decorrer do tempo os modelos que podem se associar do Maneirismo ao Neoclássico, onde inclusive os últimos exemplares serão vinculados ao Ecletismo. O Brasil, durante o período colonial se inclui no tempo do Barroco com apenas um pequeno número de capelas, ao gosto artístico que o antecedeu na Europa, ora chamado de Protobarroco ou de Maneirismo. Este último possui um exemplar bastante considerável e ainda existe em Ipojuca, como pode ser visto na Imagem 2.

²⁹QUINTAS op. cit., p. 2007. 89-122.

³⁰MENEZES op. In: QUINTAS, op. cit., 2007. p. 134;135.

Imagem 2



Capela de Nossa Senhora da Conceição, no Sítio Outeiro - Ipojuca-PE, datada do século XVIII. Foto Eduardo Santana.

Com relação ao estilo dessas capelas, não se pode esquecer a filiação delas ao gosto lusitano presente, sobretudo, nas capelas rurais ibéricas. Para entender o gosto presente nessas capelas, também entra no jogo, na sua composição, a memória dos senhores e a origem de cada um, e tal situação influenciou, sobretudo, na arquitetura dessas edificações. Deve-se entender que a arquitetura das capelas será diferenciada no resultado, esteja ela situada no Norte ou Sul de Portugal. Em consequência disso acredita-se que tal situação pode ter caracterizado esse tipo de construção na zona açucareira do Nordeste.

As capelas dos dois primeiros séculos da colônia, na Zona da Mata nordestina seguiam de acordo com o professor José Luiz da Mota Menezes, as diretrizes do gosto de seus construtores pelo protobarroco, com predomínio da simplicidade nas suas linhas, mesmo quando seguem os Tratados de Arquitetura. Em algumas delas o tratamento sóbrio do exterior se contrapõe, quando as condições o permitem, uma maior riqueza no seu interior, está representada através do retábulo principal ou nos demais quando tal ocorre.

Os dois tipos de capela, aqui apontados, têm plano reduzido, a uma sala, a nave, que se interliga por um arco cruzeiro à capela mor. Dois espaços interligados com uma sacristia anexa ora do lado direito ou esquerdo³¹. De um modo geral, verifica-se a ausência de sineiras em construção isolada ou colada ao corpo da capela. Algumas dessas construções adotam

³¹Como exemplos temos a Capela de São Cosme e Damião no Engenho Tapera em Ipojuca do Séc. XVIII; Capela de Santa Luzia no Engenho Tabatinga no Cabo de Stº. Agostinho Séc. XVIII - XIX; Capela no Engenho Maranhão em Ipojuca do Séc. XVIII, em Pernambuco.

sineiras sobre a fachada lateral ou na frontal. Um elemento que desperta interesse em algumas capelas representadas é um alpendre à frente da contrafação principal. Esse alpendre, às vezes chamado copiar, é um espaço aberto e bem afim com a galilé da igreja cristã, provavelmente reservado em certas ocasiões aos escravos, impedidos de dividir o mesmo espaço com os seus “senhores”.

Em relação às Senzalas³², podemos dizer que era um tipo construtivo que se caracterizava por um grande terraço ao longo da fachada, cuja cobertura era sustentada, em geral por colunas em secção circular ou retas de alvenaria feitas em tijolos maciços ou de rachão de riólitos e que, de um modo geral, corria à frente de dois pequenos cômodos interligados em sequência. Em alguns casos essas habitações podiam ter inclusive divisões internas³³.

A técnica predominantemente empregada na construção das senzalas variou da taipa de pau a pique a alvenaria de tijolos. Sendo os vãos entre as paredes de aproximadamente três metros de largura. No que se refere à estrutura da cobertura, em madeira, devido à pequena dimensão dos vãos, constitui-se de terças perpendiculares às paredes divisórias, caibros roliços e ripas de embira. O recobrimento, por sua vez, era sempre feito de telhas do tipo canal de barro³⁴, como pode ser visto na Imagem 3.

Essas antigas habitações eram construções longas que em alguns casos formavam simetricamente o terreiro à frente da casa-grande e da capela. Era coberto o grande corpo com um telhado em duas águas, que vinha do terraço aos fundos da parte mais longa. Havia, contudo, poucas variantes existentes, pois, esse foi até o fim da escravidão um modelo consagrado³⁵.

No que se refere às casas de produção³⁶, é importante saber que o material empregado na construção dos edifícios que se destinavam à fabricação do açúcar foi, em geral, o mesmo por quatro séculos: tijolos para as colunas e paredes, madeira para a estrutura da cobertura e telhas do tipo canal, de barro, para o recobrimento. Sobre elas sabe-se que as mais antigas de

³² SANTANA, Eduardo Augusto de. **Levantamento do Patrimônio Histórico Arquitetônico do Município de Ipojuca – PE**. Monografia (Licenciatura em História). UFRPE, Recife, 2010.

³³ Outros exemplos em Pernambuco deste tipo de edificação na região da Mata Sul são: Senzala do Engenho Jussaral no Cabo de Santo Agostinho Séc. XVII; Senzala do Engenho Macacos em Ipojuca Séc. XVIII; e Senzala do Engenho São Braz no Cabo de Santo Agostinho Séc. XVIII.

³⁴ GOMES op. cit., 1997. p. 186.

³⁵ MENEZES op. QUINTAS, op. cit., 2007. p. 137.

³⁶ As casas de produção de açúcar também eram conhecidas como moitas.

que se tem notícia, abrigavam em um mesmo edifício a moenda e as caldeiras. Eram construções feitas em pilares ou em seu lugar arcos plenos, feitos com o mesmo material, de madeira ou alvenaria de tijolos, com poucas paredes intermediárias e quase nenhuma parede a meia altura ligando-as³⁷.

Nas casas de produção remanescentes, é comum se encontrar alvenaria de pedra nos trechos de paredes compreendidas entre os pilares de tijolos. Já a argamassa das alvenarias era feita com barro, saibro e alguma cal. A cal também era utilizada para caiar as paredes e pintar as madeiras. O piso dessas construções, por sua vez, era quase sempre em terra batida, havendo, por vezes, algum reforço de pedra nas rampas de acesso que eventualmente existiam em algumas dessas fábricas.

O seu tipo construtivo pode ser reduzido a dois tipos básicos de planta. A primeira, a longitudinal, que supõe uma linha de produção contínua resultando num telheiro comprido com tesouras de madeiras em vãos iguais, recebendo telheiros, com puxadas, para abrigar funções subsidiárias. As outras funções se desenvolviam sob um mesmo telhado contínuo, ou, mais complexo, acompanhando o desenvolvimento dos pisos, assim concebido para aproveitar a força da gravidade nos condutores de mel.

O outro partido previa a distribuição das funções da edificação em L ou formando figuras retangulares que tendiam para o quadrado. As altas temperaturas ocasionadas pela fornalha ditaram a necessidade do arejamento constante dos edifícios. Mesmo com a utilização da energia do vapor d'água não se modificou o partido "arejado" dessas construções, que muito contribuiu, De acordo com Geraldo Gomes, para a conservação da madeira do "ar", como é chamado até hoje pelos carpinteiros o madeiramento das cobertas.

Toda esta exposição da estrutura física do engenho nos remete a reflexão de como ela representa uma aura de autoridade e poder, centrada na personagem do senhor de engenho, que segundo afirmar Vera Ferlini³⁸:

O título realmente espalhava aura de nobreza, riqueza e poder, fundada em seu controle sobre a terra e sobre as condições internas da produção. Constituíram, no Brasil, mais que simples categoria de empresários coloniais, cristalizando-se como potentados rurais, cujo domínio ultrapassou, e muito, a esfera econômica.

³⁷Exemplos em Pernambuco: Casa de produção do Engenho Pindoba em Ipojuca; e Casa de produção do Engenho Arariba do Meio do Cabo de Santo Agostinho.

³⁸FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 288.

Os reflexos que a grande propriedade açucareira teve na formação do Brasil colonial chegam até nossos dias, principalmente quanto ao Nordeste brasileiro, estabelecendo modos de uma rede de relações de dependência social e econômica daqueles que estavam subordinados aos proprietários dos engenhos e das terras. Estes como reprodutores locais da exploração colonial efetuada pela Coroa portuguesa, podiam não angariar grandes fortunas em dinheiro, mas representavam o que de mais importante havia na colônia: o poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do exposto até agora, podemos afirmar que a construção do conhecimento crítico e a sua apropriação consciente pelas comunidades, onde determinados bens culturais estão inseridos, são fatores indispensáveis para o processo de preservação sustentável desse patrimônio. Assim como, para o fortalecimento dos sentimentos de pertença, construção de identidades³⁹ e cidadania dos grupos envolvidos. Tendo em vista que o trabalho realizado se inseriu em uma perspectiva de promoção da inserção sociocultural do cidadão, afirmação e valorização das características culturais da comunidade, essa abordagem buscou demonstrar que o ensino de história, por meio da educação patrimonial, é também um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo ter as condições intelectuais necessárias para empreender a leitura do mundo que o rodeia. E que, portanto, essa ação contribui para os estudantes possam ter uma compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que estão inseridos.

A preservação e valorização desses bens culturais exigem aprofundamento no campo do ensino de história, através da educação patrimonial, uma vez que envolve ações educativas que potencializem a aproximação entre os sujeitos que estudam e aprendem, num processo que promova no ambiente vivenciado uma possibilidade de leitura da memória coletiva, dos

³⁹ Nota 3 - É a imagem de si, que construímos para si e para os outros nas interações sociais, geralmente associadas ao sentimento de pertença de um indivíduo a um determinado grupo social ou nação. In: **Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio** / vários autores; organizado por Raymundo Netto; coordenação de Cristina Rodrigues Holanda; ilustrado por Daniel Dias. - Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2020. p. 6.

bens estudados das relações que se estabelecem entre eles, de forma analítica e crítica. Sobre isso observe o destaque abaixo⁴⁰:

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural.

As ações desenvolvidas buscaram ao longo de sua execução propor um exercício de descoberta, reencontros, curiosidade e surpresas onde os nossos alunos pesquisadores perceberem que aqueles lugares detinham uma história tão singular e repleta de representatividades simbólicas. Evocando memórias que também eram suas. O ensino de história, em associação com a metodologia da educação patrimonial, permite que se reconheçam e aprofundem os discursos sobre a história, a cultura e as ações públicas que podem ser mediadas em diferentes espaços culturais. A esse respeito José Menezes⁴¹ comenta:

No caso do ensino, a discussão do patrimônio estimula um processo de observação, de registro crítico e de busca de significação. Como método pedagógico, a exploração do patrimônio histórico-cultural promove uma apropriação de informações oriundas da pesquisa histórica e as apresenta ao aluno no encontro com a realidade de sua sociedade historicizada. Tal estímulo costuma ser fundamental na indução de habilidades cognitivas, que colocam o estudante frente ao problema histórico concreto, parte de sua vivência, exemplo de sua experiência cotidiana. Dessa forma, o patrimônio estimula a busca de conhecimento da História pela problematização do cotidiano e não pela produção de informações e pela memorização. Por outro lado, acrescenta à observação e à exploração crítica a possibilidade de intervenção através da discussão e da busca de ações de preservação e de salvaguarda.

A reflexão crítica, do destaque acima, encorajar-nos afirmar que o ensino de história, especialmente através da educação patrimonial, assume uma dimensão didática na medida em que estabelece uma relação de trocas entre o saber erudito e o saber popular. Desaguando, assim, em uma profícua troca de conhecimentos entre esses saberes que, na verdade, se

⁴⁰HORTA, Maria de Lourdes P; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999. p. 6.

⁴¹MENESES, José Newton Coelho. **Todo patrimônio é uma forma de história pública?** In: Que História Pública queremos? Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2018. p. 1289. (Versão Kindle).

complementam. Sendo, portanto, mais interligados do que muitos acadêmicos gostariam de admitir.

De acordo com Aleida Assmann⁴², os locais se caracterizam como:

Locais da recordação são fragmentos irrompidos da explosão de circunstâncias de vida perdidas ou destruídas. Pois, mesmo com o abandono e a destruição de um local, sua história ainda não acabou; eles retêm objetos materiais remanescentes que se tornam elementos de narrativas e, com isso, pontos de referência para uma nova memória cultural. Esses locais, porém, são carentes de explicações; seus significados precisam ser assegurados completamente por meio de tradições orais. A continuidade que tenha sido destruída pela conquista, pela perda e pelo esquecimento não pode ser reconstruída em um momento posterior, mas pode se reestabelecer o acesso a ela no *médium* da recordação

A reflexão acima é mais um indicativo da importância do resgate, valorização e apropriação dos bens culturais pelos seus detentores. A esse respeito, tomando como referência o nosso trabalho de campo, ao longo das entrevistas, onde as falas dos moradores, das localidades onde esses bens estavam implantados, recordavam memórias há muito esquecidas de momentos que viveram na comunidade. Sendo, segundo eles, construções que dizem respeito ao passado de seres humanos que foram escravizados para servir aos interesses de uma minoria. Sem, no entanto, problematizar que essas pessoas poderiam ter sido os seus antepassados, negros ou brancos, que configuraram em alguma posição daquela relação. Era como algo que causava mal estar a todos e, por essa razão, se tornava um tabu. Outros entrevistados diziam que eram bens que diziam respeito aquelas pessoas que foram obrigadas a seguir fielmente o mando do seu senhor. E, por fim, outras falas diziam que eram bens que remetiam a histórias de assombrações onde “senhores perversos” eram eternamente atormentados em razão da maldade que infligiam, no passado, aos seus escravos.

Todavia, outros grupos de moradores, falam da importância de terem aqueles bens em suas comunidades onde, segundo eles, eram referência da fé, da devoção e garantia da prosperidade de sua região. Provavelmente já há, nessa fala, uma interligação entre esses bens, o período de implantação e ascensão das usinas de açúcar na mata sul. Nos importa saber, entretanto, que aqueles bens fazem parte e são testemunhas materiais de um passado que precisa ser revisitado, problematizado e discutido.

⁴²ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 328-329.

Dessa maneira, trazer essa discussão nesse trabalho, objetiva incentivar um maior aprofundamento teórico e prático sobre a temática. A percepção dessa importância nos permitiu compreender a imbricada relação entre o recordar, a evocação da memória e a relação que elas podem vir a ter com os bens culturais aos quais se remetem e interconectam. Sendo assim, refletir a respeito da importância desses lugares de memória e sua interlocução com o tempo presente é uma contribuição que busco fazer por meio dessa escrita.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 76. (Reconquista do Brasil; nova série; v. 70).

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Tradução Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**/ Pierre Bourdieu; tradução. Fernando Tomaz. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BURKE, Peter. “A cultura material na obra de Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. [Orgs.]. **O imperador das idéias**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/Topbooks, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio / vários autores; organizado por Raymundo Netto; coordenação de Cristina Rodrigues Holanda; ilustrado por Daniel Dias. - Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2020.

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm Acesso: em 19 de maio de 2020.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FILHO; ECKERT; BELTRÃO (orgs.) **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Diálogos e desafios contemporâneos. Nova Letra. Disponível em:

http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/442/1/CapitulodeLivro_EducacaoPatrimonialPerspectivas.pdf. Acesso em 13.05.2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC, Annablume, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Artigos de jornal*. Recife: Edições Mozart, 1935.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

GRISPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio**. Museu de Arte e escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Tese em Educação. São Paulo: USP, 2000.

HORTA, Maria de Lourdes P; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LAGO, Pedro Corrêa ; LAGO, Bia Corrêa. (orgs.) *Catálogo raisonné*. In: *Frans Post (1612-1680)*. Obra completa. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

MENEZES, José Luiz Mota. **Casa-grande, Capela e Senzala**. In: QUINTAS Fátima. Cana, Engenho e Açúcar. QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do açúcar**. Recife: Sebrae; Fundação Gilberto Freyre, 2007.

MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública? In: *Que História Pública queremos?* Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2018. (Versão Kindle).

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 21-23, dez. 1993.

PUNTONNI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: fapesp, 2002.

QUINTAS Fátima. Cana, Engenho e Açúcar. QUINTAS, Fátima (Org.). **A civilização do açúcar**. Recife: Sebrae; Fundação Gilberto Freyre, 2007.

SANTANA, Eduardo Augusto de. **Levantamento do Patrimônio Histórico Arquitetônico do Município de Ipojuca – PE**. Monografia (Licenciatura em História). UFRPE, Recife, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.